

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.077 BAHIA

REGISTRADO : **MINISTRO PRESIDENTE**
REQTE.(S) : **MUNICÍPIO DE SALVADOR**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**
REQDO.(A/S) : **RELATOR DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0016413-54.2015.8.05.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**
INTDO.(A/S) : **SINDICATO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS DA BAHIA - SINDACS/BA**
ADV.(A/S) : **FLORISVALDO PASQUINHA DE MATOS FILHO**

Trata-se de suspensão de segurança ajuizada pelo Município de Salvador contra acórdão do Tribunal de Justiça baiano, proferido no Mandado de Segurança Preventivo 0016413-54.2015.8.05.0000, cujo pedido de contracautela foi apresentado inicialmente ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, reconhecendo-se de ofício a incompetência em razão da matéria, razão pela qual o feito foi remtido ao Supremo Tribunal Federal (processo 0017863-32.2015.8.05.0000).

Este pedido de suspensão, autuado perante a Suprema Corte em 8/10/2015, é repetição do formulado nos autos da SL 908, autuada no dia 21/8/2015. Resta configurada, portanto, a litispendência (art. 301, V e § 1º, do CPC).

Diante do exposto, nego seguimento ao pedido de suspensão (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente